



33

2. ^o	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 05/06/1992
C	<i>[Assinatura]</i>
	Rubrica

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 13.851-000.019/91-24

Sessão de : 10 de junho de 1992 ACORDÔMO Nº 202-05.109
Recurso nº: 88.562
Recorrente: SEVES CALÇADOS LTDA.
Recorrida : DRF EM RIBEIRÃO PRETO - SP

ASSUNTOS DIVERSOS. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converter-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **SEVES CALÇADOS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente o Conselheiro OSCAR LUIS DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1992.

Helvio Escóvado Barcellos
HELVIO ESCÓVADO BARCELLOS -- Presidente

Rubens Malta de Souza Campos
RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO -- Relator

José Carlos de Almeida Lemos
JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS -- Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **25 SET 1992**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Suplente), ACACIA DE LOURDES RODRIGUES, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e ROBERTO VELLOSO (suplente).
ovrs/opr/ja



34

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 13.851-000.019/91-24

Recurso Nº: 88.562
Acórdão Nº: 202-05.109
Recorrente: SEVES CALÇADOS LTDA.

R E L A T O R I O

Da autuada está sendo exigido crédito tributário relativo à multa por falta de entrega de DCTFs, por infração ao art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968/82, art. 10 do Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 5º do Decreto-Lei nº 2.323/87, art. 27 da Lei nº 2.730/89, art. 6º da Lei nº 2.799/89 e as IN-SRF 115/89, 120/89, 137/89 e Ato Declaratório nº 02/90.

Em sua impugnação, a Interessada alega, em síntese:

a) a improcedência de exigência da multa pelo não cumprimento de obrigação acessória;

b) que a multa deveria reportar-se a apenas um mês de atraso e não à imposição de multas em cascata, pois, adquire o caráter confiscatório;

c) que a obrigação principal se refere ao recolhimento de tributos e esta foi integralmente satisfeita.

A Autoridade Singular acolhe a impugnação por tempestiva para indeferir-la quanto ao mérito e aduz:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J.M.C." or a similar initials.

Serviço Público Federal
Processo nº 13.851-000.019/91-24
Acórdão nº 202-05.109

"da análise dos documentos que compõem os autos, verifica-se que não assiste razão à Interessada naquilo que pleiteia. As alegações... não podem prosperar, pois o descumprimento de uma obrigação acessória converte-a em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária. Ora, a entrega mensal de D.C.T.F. é uma obrigação acessória e seu descumprimento implica no recolhimento de multa regulamentar equivalente a 69,20 BTNF por mês de atraso, limitada ao total declarado de impostos e contribuições. A penalidade é mensal e, portanto, não há o que se falar em imposição de multas em cascata. Cabe, por outro lado, ressaltar que o recolhimento dos tributos e a entrega da D.C.T.F. são atos independentes, sendo que o cumprimento daquele não desobriga o acessório".

À Autuada, inconformada, interpõe recurso a este Egrégio Conselho de Contribuintes.

E o relatório.



Serviço Pùblico Federal
Processo n° 13.851-000.019/91-24
Acórdão n° 202-05.109

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO

Tomo conhecimento do recurso interposto, por tempestivo. Quanto ao mérito, nenhum reparo há que ser feito à r. decisão recorrida, que bem apreciou a matéria, por isso é que o meu voto é no sentido de ser negado provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1992.

Rubens Malta Camps
RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO